



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

1
f. mc

137/2019

**CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA
O CONSERVATÓRIO DA MÚSICA DE LOULÉ, PELO
VALOR GLOBAL DE 120.000,00€, AO QUAL
ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.**

Aos sete dias do mês de Março do ano 2019, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa colectiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **SIMPLY – VIAGENS E TRANSPORTES UNIPessoal, LDA.**, com sede na Zona Industrial de Tunes, Lt. 2, Fração G - Tunes, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa colectiva 509873391, com o capital social de 125.000,00€, representada por **FILIPA DANIELA DA CRUZ BACELAR ALVES BARREIRO**, portadora do cartão de cidadão número 13941866 0 ZY9, válido até 07 de Setembro de 2021, na qualidade de gerente da empresa, com poderes para o ato conforme certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **20 de Fevereiro de 2019**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 25, II Série de 05 de Fevereiro de 2019, é adjudicado à empresa **SIMPLY – VIAGENS E TRANSPORTES UNIPessoal, LDA.**, os “**SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA O CONSERVATÓRIO DA MÚSICA DE LOULÉ**” pelo valor global de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.10**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **1487**, e o LCPA n.º **4900**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

2
f. lue

SEGUNDA: O objecto do presente contrato consiste nos serviços de transportes para o conservatório de música de Loulé - Francisco Rosado, para o 2º e 3º período do ano lectivo 2018/2019, na área do concelho de Loulé, conforme se descreve na parte II cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dão por inteiramente reproduzidos. -----

TERCEIRA: O contrato inicia-se imediatamente após a sua celebração e vigora até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou pelo prazo máximo de 1 ano, consoante o que ocorra em primeiro lugar.-----

Caso o valor total do contrato não seja atingido durante o prazo de vigência deste, pode a Câmara Municipal de Loulé, por acordo entre as partes, proceder à sua prorrogação até se atingir o limite máximo de facturação.-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais do contrato o prestador de serviços fica obrigado a cumprir o artigo 4.º do caderno de encargos.-----

A título acessório, o prestador de serviços, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.-----

QUINTA: O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.-----

Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.-----

O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informação que possa obter no âmbito da execução do contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3

[Handwritten signature]

segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.-----

SEXTA: As quantias devidas pela Edilidade deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a recepção das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.-----

Para os efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas no final de cada mês a que correspondem os serviços prestados.-----

Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.-----

SÉTIMA: Os percursos são definidos inicialmente pela Câmara Municipal de Loulé, de acordo com o artigo 8º da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

OITAVA: No caso de se verificar incumprimento por parte do adjudicatário este não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a indemnizar a Câmara Municipal de Loulé em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado.-----

Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 dias intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês inteiro o mês letivo a 22 dias.-----

Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, se verificarem incumprimentos nos horários de recolha poderá ser aplicada uma penalidade de valor correspondente a 75% do preço diário do(s) circuito(s) em que tenha(m) verificado o(s) incumprimento(s).-----

O valor da sanção pecuniária a aplicar é creditado a favor da Autarquia ou deduzido ao preço a pagar pelo serviço.-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

4

f. v. m.

qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.-----

Não constituem força maior as alíneas de a) a g) do n.º 3 do artigo 10.º do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-----

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato nos casos a seguir indicados:-----

a) Caso se verifique que no início do ano letivo não se justifica a realização de determinado circuito especial.-----

b) Caso se verifique no decorrer do ano letivo que se deixou de justificar a realização de determinado circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transporte possa ser efetuado em veículos com características diversas do utilizado.-----

c) Caso se comprove má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, ou perda de certificado emitido pelo IMTT ou quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida.-----

d) Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 dias intercalados.-----

e) Nos casos em que ocorram incumprimentos do horário de recolha dos alunos em 5 dias escolares consecutivos ou 15 intercalados, por motivos imputáveis ao adjudicatário.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

5

f. inc

Nos casos mencionado nas alíneas a), b) e c), d) e e) não haverá lugar ao pagamento de qualquer indemnização ao(s) adjudicatário(s).-----

Nos casos mencionados na alínea d) e e) o prestador de serviços estará igualmente sujeito ao pagamento da penalidade prevista no nº 3 do artigo 9º do caderno de encargos.-----

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.-----

DÉCIMA SEGUNDA: O adjudicatário obriga-se a dispor de apólice de seguro de responsabilidade civil no valor de € 50.000.000,00.-----

DÉCIMA TERCEIRA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA QUARTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA QUINTA: o valor global do contrato é de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), sendo os valores unitários os seguintes:-----

Tipo de Transporte	Meio dia (até 5 horas)	Dia (5 a 12 horas)	Preço/Km
9 lugares	60,00€	90,00€	0,80€
20-27 lugares	209,00€	279,00€	1,00€
28-49 lugares	249,00€	329,00€	1,20€
Vigilante	25,00€	30,00€	

DÉCIMA SEXTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Célia Brás, técnica Superior da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas.-----

DÉCIMA SÉTIMA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 20 de Fevereiro de 2019, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

A SEGUNDA OUTORGANTE,

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,